



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

PROJETO DE LEI Nº 603/2024
PROPONENTE: DEPUTADA MAYRA DIAS
RELATOR: DEPUTADO ROZENHA

INSTITUI Diretrizes de Atenção às Gestantes e Puérperas em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

I – RELATÓRIO

A deputada Mayra Dias, no uso de suas atribuições legislativas, apresentou o Projeto de Lei nº. 603/2024, que “Institui Diretrizes de Atenção às Gestantes e Puérperas em situação de vulnerabilidade social e pessoal.”

A justificativa do projeto encontra-se anexa.

O Projeto de Lei foi incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 12, 17 e 18 de setembro de 2024 não tendo recebido emendas ou substitutivo.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inciso I, alínea “a” c/c Art. 127, §1º, inciso III, do Regimento Interno com parecer favorável.

Posteriormente, os autos vieram conclusos para esta Comissão de Assuntos Econômicos.

É o relatório, passo a opinar.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

II – FUNDAMENTAÇÃO

Conforme a justificativa da autora, esta proposta acabará por assegurar que as gestantes e puérperas em situações adversas recebam cuidados integrais, incluindo saúde sexual e reprodutiva, mental e suporte durante o pré-natal, parto e pós-parto. Esta integração é necessária e fundamental para garantir um atendimento competente que exceda as fronteiras das redes de saúde e assistência social.

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei das diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em seu art. 27, inciso II, alínea "b", que estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária financeira.

Observa-se que o projeto não cria despesas imediatas nem impõe obrigações diretas de custeio a entes públicos, mas estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento e a priorização de políticas públicas voltadas a esse público-alvo, podendo ser implementadas de forma escalonada e dentro da disponibilidade orçamentária e dos instrumentos de planejamento público.

Além disso, trata-se de matéria de interesse social relevante, que dialoga com metas nacionais de redução da mortalidade materna e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente o ODS 3 – “Saúde e Bem-Estar” – e o ODS 5 – “Igualdade de Gênero”.

A atenção prioritária a mulheres em situação de pobreza, abandono, violência doméstica, dependência química ou em condição de risco pessoal representa não apenas um imperativo humanitário, mas também uma medida de racionalidade econômica: ações preventivas e protetivas reduzem gastos futuros





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

com internações, serviços de acolhimento, judicializações e demandas sociais de emergência.

Além disso, a iniciativa está alinhada com a legislação vigente e não apresenta vícios de constitucionalidade ou legalidade, sendo compatível com o princípio da moralidade administrativa e com os objetivos da administração pública.

Considerando o objeto deste projeto, a proposição não conflita com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor.

III – VOTO

Em face de não haver nenhum óbice legal quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei das diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em seu art. 27, inciso II, alínea "b" **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à admissibilidade do Projeto de Lei nº 603/2024.

Sala da Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Estado, em Manaus, 17 de junho de 2025.

DEPUTADO ROZENHA
RELATOR





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

EDNAILSON LEITE ROZENHA - DEPUTADO(A) - EM 17/06/2025 11:52:32

